

ADVERTÊNCIA

O Município de Ponto Chique-MG ADVERTE a todos os Licitantes, que não está hesitando penalizar Empresas/Contratados que descumpram o pactuado.

Solicitamos que as Empresas/Contratados apresentem suas Propostas e Lances de forma consciente, com a certeza de que poderão cumprir com a entrega do objeto da forma como foi solicitado no Edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preço são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionalíssimas, e somente serão deferidos, se em total consonância com a Lei.

Ratificamos, portanto, que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a Administração Pública como para as Empresas Licitantes.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 01.612.500/0001-47
PRAÇA SANT'ANA, N°242, CENTRO, PONTO CHIQUE-MG

PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2026

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEs / EPPs E EQUIPARADAS.

MENOR PREÇO POR ITEM, como referência os valores unitários e totais lançados no Termo de Referência (ANEXO I).

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, INSTRUMENTAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG, EM ESPECIAL A CLÍNICA ODONTOLÓGICA MUNICIPAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

- **AGENTE DE CONTRATAÇÕES/ PREGOEIRO:** Ronilson Lemos Souza.

MODO DE DISPUTA:	Aberto.
SECRETARIA SOLICITANTE:	Secretaria Municipal de Administração.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:	Portal Licitar Digital (www.http://www.licitardigital.com.br) a do dia 30 de junho de 2026, as 08:00horas.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:	10 de julho de 2026 as 08:01 (oito horas e um minuto).
ENDEREÇO PARA RETIRADA, CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:	www.licitardigital.com.br ; pelo email: licitacaopontochique@gmail.com , site oficial: https://www.pontochique.mg.gov.br/site/servicos/0/editais-de-licitacoes.html , ou na sede da prefeitura municipal, situada na Praça Santana, n. 242– Centro - Ponto Chique/MG.
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:	Exclusivamente através do www.licitardigital.com.br .
OBS: Salvo ressalva expressa, os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília (DF)	

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para recebimento das propostas de preço e a abertura da sessão estarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

● FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

PODERÃO SER FORMULADAS CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL:

TELEFONE: (38) 3624-9120 OU PELO EMAIL: licitacaopontochique2017@gmail.com

● **EFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

● **ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço:

[www.http://www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).

PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEs / EPPs E EQUIPARADAS.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE PONTO CHIQUE/MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Praça Santana, n. 242– Centro - Ponto Chique/MG, inscrito no CNPJ sob o Nº 01.612.500/0001-47, neste ato representado pelo Prefeito municipal o Senhor Geraldo Magela Flavio Rabelo, isento de inscrição estadual, através de seu agente de contratações, nomeada pela Portaria nº 070/2026, da Prefeitura Municipal de Ponto Chique/MG, torna pública a abertura do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 048/2026 NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026** tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**, regido pela Lei Federal nº 14.133 de 01/04/21, e alterações posteriores, LC nº 123/06, LC nº 147/14, LC nº 155/16, Decreto Federal nº 11.462 de 31 de Março de 2023, Decreto Federal Nº 10.024, de 20/09/2019 e Decreto Municipal nº 007/2024, demais condições fixadas neste instrumento convocatório. O qual se encontra à disposição dos interessados para exame na sede da Prefeitura Municipal de Ponto Chique/MG, na Praça Santana, n. 242, Centro, Ponto Chique/MG, no setor de Licitações desta Prefeitura e o Pregão Eletrônico para Registro de Preços será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos pelo funcionário da Prefeitura Municipal de Ponto Chique, Ronilson Lemos Souza, designado Agente de contratações, Portaria nº 070/2026, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica [www.http://www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br). O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído ao Prefeito Municipal e propor a homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página <https://www.pontochique.mg.gov.br/licitacoes> e no endereço eletrônico [www.http://www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Ponto Chique/MG, sito à sede provisória na Praça Santana, n. 242– Centro - Ponto Chique/MG, CEP 39.328-000, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1. DO OBJETO:

1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, INSTRUMENTAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG, EM ESPECIAL A CLÍNICA ODONTOLÓGICA MUNICIPAL, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

1.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

1.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Licitar Digital no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br.

1.3. Caberá ao(à) Agente de Contratações, auxiliado(a) pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

1.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Agente de Contratações, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Licitar Digital no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br.

1.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

1.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.licitardigital.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes seu acompanhamento.

1.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

1.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atenderem todas as exigências constantes neste Edital, observada a divisão de cotas estabelecida.

2.2. Para os itens da cota reservada (25%), a licitação é exclusiva para Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedores Individuais - MEI.

2.3. Consideram-se ME, EPP e MEI aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no Parágrafo Quarto do referido artigo 3º.

2.4. Caso não haja proposta de preço registrada por nenhuma empresa que se encaixe nas especificações da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, para a licitação dos itens com cota reservada (25%), poderão participar do certame, para esses itens, as demais empresas não elencadas na referida lei.

2.5. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.5.1. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

2.5.2. Os licitantes deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, quando do registro de sua proposta comercial, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do Edital.

2.6. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, ou participar do contrato dela decorrente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

2.6.1. Pessoas físicas não empresárias;

2.6.2. O autor do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, pessoa física ou jurídica;

2.6.3. As sociedades empresárias:

- 2.6.3.1. Que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- 2.6.3.2. Que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- 2.6.3.3. Que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência);
- 2.6.3.4. Que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;
- 2.6.3.5. Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 2.6.3.6. Que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, ou da qual o autor do Termo de Referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 2.6.3.7. Cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público que preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da Administração Pública do Município de Ponto Chique, MG, em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato de serviço terceirizado ou contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens, ou ainda de convênios e instrumentos equivalentes;
- 2.6.3.8. Estrangeiras que não funcionem no país;
- 2.6.3.9. Reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.

2.7. O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante.

2.8. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame.

2.9. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

2.10. Não poderá participar empresa suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.11. Não poderá participar empresa com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial.

2.12. Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.licitardigital.com.br.

3. DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Licitar Digital, por meio do sítio www.licitardigital.com.br.

3.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Licitar Digital), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.2.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Licitar Digital poderão obter maiores informações na página www.licitardigital.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail contato@licitardigital.com.br.

3.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.3.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Ponto Chique, MG, responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. O credenciamento junto ao Portal de Licitar Digital implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. O Pregão será conduzido pelo(a) Agente de Contratações da Prefeitura Municipal de Ponto Chique, MG, com apoio técnico e operacional do Portal de Licitar Digital, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

4. DA SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta licitação, em razão da natureza do fornecimento (aquisição de bens), conforme disposto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no Edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

5.1.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

5.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo(a) Agente de Contratações, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

5.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.8. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do(a) Agente de Contratações, via sistema.

5.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.10. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.10.1. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;
- 5.10.2. Descrição detalhada do material/equipamento cotado, indicando, no que for aplicável, marca, modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou notificação na ANVISA, quando for o caso.

5.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

5.12. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

5.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.14. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações online, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

- 5.14.1. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;
- 5.14.1.1. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

- 5.14.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 5.15. As declarações exigidas neste Edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, somente após requisição do(a) Agente de Contratações.
- 5.16. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na Seção 21 deste Edital.
- 5.17. DEVERÁ CONSTAR A MARCA/MODELO DO PRODUTO OFERECIDO PARA CADA ITEM, sob pena de desclassificação.**

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 6.1. Tendo o proponente sido credenciado, poderá ele participar da sessão de disputa de preços, na data e horários definidos no preâmbulo deste Edital.
- 6.2. O(A) Agente de Contratações, via sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.
- 6.3. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.
- 6.3.1. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.
- 6.3.2. No caso de haver propostas empatadas, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.4. Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO POR CADA ITEM, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 6.5. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 6.5.1. Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo desclassificado pelo(a) Agente de Contratações através do sistema. Neste caso, a disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o(a) Agente de Contratações justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes e, em seguida, a disputa será reiniciada.
- 6.5.2. Não será retirada a proposta ou desclassificado o lance quando este não for considerado inexequível pelo(a) Agente de Contratações durante a sessão de lances, não sendo admitidos pedidos de desclassificação via e-mail, telefone ou chat.
- 6.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 6.7. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, as proponentes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
- 6.8. Será adotado para este pregão o MODO DE DISPUTA ABERTO, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.8.1. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 6.8.1 e 6.8.2, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.8.4. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o(a) Agente de Contratações poderá, assessorado(a) pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,10 (dez centavos), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.10. No caso de desconexão com o(a) Agente de Contratações, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às proponentes, para a recepção dos lances, retornando o(a) Agente de Contratações, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.11. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

6.12. Após o encerramento da etapa de lances, como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada.

6.12.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada automaticamente pelo sistema para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.12.2. A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP).

6.12.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.12.4. No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

6.12.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 6.12.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.12.6. O procedimento previsto no item 6.12 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

6.13. O(A) Agente de Contratações deverá ainda encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7. DO EMPATE:

7.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

7.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item 7.1, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

7.1.2. Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma dos itens seguintes;

7.1.3. Não apresentada proposta na condição acima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

7.1.6. Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame;

7.1.7. O disposto nos subitens 7.1.1 a 7.1.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.1.8. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

7.2. Se o(a) Agente de Contratações observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs / EPPs, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- 7.2.1. Utilização de bens produzidos no Brasil;
- 7.2.2. Utilização de bens produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 7.2.3. Utilização de bens produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no País;
- 7.2.4. Utilização de bens produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;
- 7.2.5. Sorteio.

7.3. A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo “Valor Negociado”, com a devida justificativa.

7.4. Nos itens da cota principal, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, que se iniciará após a fase de lances, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada; situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- b) O Sistema encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos sob pena de decair do direito concedido;
- c) Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no caput, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no caput desta condição, o Sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

7.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a etapa de lances, o(a) Agente de Contratações examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para o objeto, obtido por meio de pesquisa de mercado.

8.2. A classificação das propostas será pelo critério de MENOR PREÇO, representado pelo MENOR PREÇO POR ITEM, observado o preço total de referência do item, obtido por meio de pesquisa de mercado.

8.2.1. Para os fins do disposto no §1º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será aqueles previstos no Anexo I.

8.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Agente de Contratações deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

8.3.1. A negociação será realizada por meio do sistema pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.4. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, se estiver acima do valor de referência ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Agente de Contratações examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que satisfaça às condições e exigências constantes no Edital e seus anexos.

8.4.1. Ocorrendo a situação referida no item 8.4, o(a) Agente de Contratações deverá negociar com a licitante subsequente para que seja obtida melhor proposta.

8.4.2. Se a negociante se mantiver inerte pelo decurso de tempo de 5 (cinco) minutos durante a fase de negociação, dar-se-á a preclusão e a negociação passará para a colocada subsequente.

8.5. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Agente de Contratações examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

8.6. O prazo para envio da proposta de preços readequada com os respectivos valores obtidos na fase de lances pelo vencedor será de 30 (trinta) minutos, contados da solicitação do(a) Agente de Contratações no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

8.6.1. Caso seja verificada a necessidade de comprovação documental, o setor de Licitação poderá solicitar originais ou cópias autenticadas.

8.6.2. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.7. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Agente de Contratações examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.8. Não poderá haver desistência dos lances ofertados ou das propostas registradas, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.

8.9. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Agente de Contratações poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

9.1. Declarada a empresa vencedora ao final da fase de lances, o licitante detentor da melhor oferta deverá encaminhar a proposta de preços realinhada de forma digitalizada no prazo de até 30 (trinta) minutos, contados a partir da declaração de vencedor, no campo adequado disponível no sistema, contendo os valores (unitários e totais), descrição detalhada, unidade de fornecimento, marca/modelo, e o valor deverá ser igual ou menor ao lance vencedor.

9.1.1. Dentro do prazo de 2 (duas) horas poderão ser remetidos, por iniciativa da licitante, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos a sua Proposta de Preços.

9.1.2. Em caso de qualquer ocorrência que impeça a inserção da proposta realinhada e/ou de documentos de habilitação, na devida plataforma digital, a empresa vencedora deverá solicitar via chat da plataforma digital o envio dos referidos documentos por e-mail dentro do prazo estabelecido de 2 (duas) horas.

9.1.3. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 2 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço ou de qualquer outro documento complementar ou retificador que deveria ter sido remetido juntamente com a proposta, sendo realizado, pelo(a) Agente de Contratações, o registro da não aceitação da proposta, e a convocação da próxima licitante.

9.1.4. Os prazos a que se refere o item 9.1 não serão prorrogados.

9.2. A Proposta de Preços deverá atender aos seguintes requisitos:

- 9.2.1. Ser apresentada em formulário próprio contendo as mesmas informações exigidas no Termo de Referência, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso

em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário, em algarismos arábicos, marca/modelo do produto, devendo todas as folhas ser rubricadas e assinadas na última folha em local específico (Modelo/Anexo II);

- 9.2.2. Apresentar preços completos, expressos em reais, em algarismo nos itens e, em algarismo e por extenso, no valor total, computados todos os custos necessários para o atendimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos, taxas, fretes, seguros, deslocamentos e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado e constante da proposta;
- 9.2.3. Constar preço unitário e total de cada item, bem como o valor total ofertado, sendo que o preço unitário deverá ser composto apenas de 2 (duas) casas decimais após a vírgula. Em caso de divergência entre os valores unitário e total, serão considerados os primeiros e, entre os expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos;
- 9.2.4. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser fornecidos sem ônus adicionais;
- 9.2.5. O prazo para a entrega dos materiais, instrumentais e equipamentos deverá observar o disposto no Termo de Referência;
- 9.2.6. Somente será aceito um preço para cada item;
- 9.2.7. Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa, esse prazo será considerado como tal;
- 9.2.8. Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento que efetivamente irá fornecer o objeto da licitação, endereço completo, telefone e e-mail para contato, número da conta corrente bancária e agência respectiva, podendo os dados bancários ser informados na fase da contratação;
- 9.2.9. Número deste Pregão.

9.3. Ocorrendo divergência entre o valor unitário e total para os itens do objeto do Edital, será considerado o primeiro.

9.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. A Proposta de Preços será considerada completa, abrangendo todos os custos com a entrega do objeto licitado.

9.6. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais ofertados.

9.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9.9. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste Edital.

9.10. O(A) Agente de Contratações considerará como formal: erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem em nulidade do procedimento.

10. DA HABILITAÇÃO:

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Agente de Contratações verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

10.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o(a) Agente de Contratações inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

10.1.4. As licitantes deverão encaminhar Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (modelo Anexo III ao Edital).

10.1.5. A licitante cuja habilitação parcial acusar como situação do fornecedor algum documento com validade vencida deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

10.2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Município de Ponto Chique, MG, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Habilitação Sanitária, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

10.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- I – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto à Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;

- II – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária, incluindo a Sociedade Limitada Unipessoal (SLU).;
- IV – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- V – Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;
- VI – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- I – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II – Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III – Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;
- IV – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- V – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- VI – Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

10.4.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

10.4.2. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

10.5. DA HABILITAÇÃO SANITÁRIA (ANVISA):

10.5.1. Em razão da natureza do objeto licitado (aquisição de materiais, instrumentais e equipamentos odontológicos sujeitos a controle sanitário), será exigida do licitante a comprovação

de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) ou Autorização Especial (AE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 16/2014, com as alterações promovidas pela RDC nº 860/2024.

10.5.2. A exigência do subitem 10.5.1 aplica-se ao licitante que comercialize, distribua, importe ou fabrique produtos para saúde sujeitos a controle sanitário, ficando dispensada para a empresa que comprove atuar exclusivamente no comércio varejista de produtos de uso leigo ou exclusivamente na instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde, hipóteses em que se exige, em substituição, a licença ou alvará sanitário expedido pelo órgão de vigilância sanitária local.

10.5.3. A exigência de Autorização de Funcionamento (AFE) ou Autorização Especial (AE) aplica-se de forma proporcional à natureza da atividade exercida pelo licitante em relação ao item disputado, não se constituindo barreira de acesso a empresas regularmente habilitadas para o segmento de produtos para saúde, em consonância com o princípio da competitividade previsto no art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

10.5.4. Os produtos ofertados deverão, ainda, estar regularizados perante a ANVISA (registro, notificação ou cadastro, conforme a classe de risco aplicável), nos termos exigidos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, condição que será verificada como critério de aceitação técnica da proposta.

10.6. ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO.

10.6.1. Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (ANEXO III).

10.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.7.1. Certidão negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9/2/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores. Esta exigência aplica-se a todos os itens do certame.

10.7.2. Não serão exigidos índices contábeis, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantia de proposta, tendo em vista a ausência de complexidade técnico-econômica do objeto que justifique tais exigências, em consonância com o princípio da competitividade previsto no art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

10.8. REGULARIDADE PERANTE ÓRGÃOS DE CONTROLE:

10.8.1. Certidão ou declaração de inexistência de restrições impeditivas de contratar com a Administração Pública, incluindo consulta ao CEIS, CNEP e CNJ, observado o disposto no item 10.1 deste Edital.

10.9 DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

10.9.1. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, sanitária, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

10.9.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

10.9.2.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.9.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

10.9.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.9.4. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Município de Ponto Chique, MG, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para prosseguimento do certame.

10.9.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.10. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

10.10.1. Os documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados em até 02 (duas) horas, exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema, caso solicitado pelo(a) Agente de Contratações.

10.10.2. Os documentos de habilitação serão remetidos em original, caso solicitado pelo(a) Agente de Contratações, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário da Prefeitura Municipal de Ponto Chique, MG, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

10.10.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

10.10.4. As certidões que não apresentarem em seu teor data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverá ter sido expedida até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão.

10.10.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, o(a) Agente de Contratações suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.10.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

10.10.7. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Agente de Contratações poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.10.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.10.9. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Agente de Contratações examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

10.10.10. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

11. DOS RECURSOS:

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (dez) minutos.

11.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o(a) Agente de Contratações autorizado(a) a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

11.1.2. Diante da manifestação da intenção de recurso, o(a) Agente de Contratações não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.3. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão comparecer à Praça Santana, n. 242 – Centro - Ponto Chique/MG, de segunda à sexta-feira, das 07:00hrs às 17:00hrs.

11.2. Recebida a intenção de interpor recurso pelo(a) Agente de Contratações, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

11.2.1. As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao(à) Agente de Contratações ou enviadas por quaisquer outros meios (fax, correspondência etc.).

11.3. Caberá ao(à) Agente de Contratações receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 03 (três) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado ao Prefeito Municipal de Ponto Chique/MG para a decisão final no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital (item 11.1.3).

11.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

12.1. O objeto deste Pregão será adjudicado ao vencedor por ato do(a) Agente de Contratações, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, ao Prefeito Municipal de Ponto Chique/MG.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO/ARP OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

13.1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o Termo de Contrato/ARP ou instrumento equivalente.

13.2. Deverá apresentar Alvará de Licenciamento Sanitário e demais documentos exigidos no item 10.5 deste Edital no ato da assinatura do contrato/ARP ou instrumento equivalente.

13.3. O prazo de vigência e as condições de reequilíbrio e/ou revisão de preços observarão as cláusulas contratuais ou as disposições constantes de instrumento equivalente.

13.4. O prazo máximo para assinatura e entrega do Termo de Contrato/ARP ou instrumento equivalente é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da homologação.

13.4.1. O prazo para assinatura do Termo de Contrato/ARP ou instrumento equivalente acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Ponto Chique, MG.

13.4.2. Alternativamente à convocação para a assinatura do termo de contrato/ARP ou instrumento equivalente, a Prefeitura Municipal de Ponto Chique, MG, poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.4.3. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste Edital.

13.5. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.6. O presente Edital fará parte integrante do contrato/ARP ou instrumento equivalente, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

13.7. Será designado pela Prefeitura um Fiscal para o contrato/ARP ou instrumento equivalente, que desempenhará as atribuições previstas no Edital convocatório e no Termo de Referência.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

14.1. Manter, durante toda a execução da ata/contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

14.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento.

14.3. Responsabilizar-se pelas eventuais despesas para execução do fornecimento solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste Edital.

14.4. Comprovar, quando solicitado, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados, relativos ao fornecimento relacionado com o objeto contratado.

14.5. Constitui obrigação da contratada o cumprimento integral das obrigações e exigências constantes no Termo de Referência e no Contrato, Anexos I e VIII ao presente Edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

15.1. Indicar o Fiscal do Contrato, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

15.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

15.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento.

15.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no fornecimento.

15.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades quaisquer, débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.

16. DA FISCALIZAÇÃO:

16.1. A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, formalmente designado por portaria pela Secretaria Municipal de Saúde, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

16.2. As regras de fiscalização, recebimento, atesto e pagamento estão definidas no Termo de Referência (Anexo I) e na minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo VI) deste Edital, ou no instrumento equivalente.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. Pela inexecução das condições estipuladas, a licitante ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com o art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, observadas as especificidades do objeto licitado:

- 1. Atraso na entrega dos materiais, instrumentais ou equipamentos: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do item ou da Autorização de Fornecimento em atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor total da respectiva contratação;
- 2. Entrega de produto em desconformidade com as especificações técnicas exigidas, sem regularização no prazo fixado: multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do item, conforme a gravidade;
- 3. Inexecução parcial do objeto: multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato ou da Ata, no que couber;
- 4. Inexecução total do objeto: multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e do cancelamento do registro de preços;

- 5. Multa calculada na forma do Edital ou do contrato, em qualquer outra hipótese não especificamente prevista acima, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

§ 2º - Fica impedido de licitar e contratar o responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

18.1. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a ser registrado, a Prefeitura convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas pelo período de 12 (doze) meses a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

18.2. A Ata de Registro de Preços deverá ser firmada por representante legal do detentor ou por procurador com poderes para tal, mediante comprovação através de contrato social ou instrumento equivalente e procuração, respectivamente, juntamente com cópia de cédula de identidade.

18.3. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de Nota de Empenho de despesa, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento similar.

18.4. A Prefeitura convocará oficialmente a licitante vencedora para assinar a ATA no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da mesma, sob pena de decair seu direito, sem prejuízo das sanções previstas no § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133/21.

18.5. O prazo de assinatura da ata estipulado no subitem poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso pela licitante vencedora, e desde que haja motivo justificado aceito pela Prefeitura.

18.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, consoante dispõe o art. 84 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.6.1. Caso seja utilizado contrato de fornecimento, decorrente da Ata de Registro de Preços, o mesmo terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas (parágrafo único do art. 84 da Lei n.º 14.133/2021).

18.7. Os licitantes que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços.

19. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

19.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei 14.133/21.

19.2. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 125 da Lei 14.133/21.

19.3. E demais condições indicadas no Anexo I – Termo de Referência.

20. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

20.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

20.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

20.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

20.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

20.1.3.1. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

20.1.3.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal para o exercício de 2026, na classificação abaixo, podendo ser substituída, acrescida ou complementada caso necessário:

05.01.02.10.0301.0010.2036.33903000 – Material de Consumo – Fichas: 191, 192, 193, 194, 195 e 196

05.01.02.10.0301.0010.3020.11905200 – Equipamentos e Material Permanente – Fichas: 212, 213 e 214

05.01.03.10.0302.0011.3022.44905200 – Equipamentos e Material Permanente – Fichas: 241 e 242

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. O Município de Ponto Chique, MG, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.1.1. A anulação do pregão induz à da ata/contrato.

22.1.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.2. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Ponto Chique, MG.

22.4. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. A critério do(a) Agente de Contratações, o prazo para o envio da proposta de preços e da documentação de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.

22.7. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea, assegurada a ampla defesa.

22.8. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.8.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.9. O foro da cidade de Brasília de Minas, MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

22.10. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo(a) **Agente de Contratações, no endereço eletrônico mencionado neste Edital, ou através do fone (38) 3624-9120.**

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e na página <https://www.pontochique.mg.gov.br/licitacoes>.

22.12. O inteiro teor do processo está disponível para vista aos interessados, na Sala de Licitações da Prefeitura, na Praça Santana, n. 242, Centro, Ponto Chique/MG, CEP 39.328-000.

22.13. A participação da licitante implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

22.14. É possível efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços quando dela gerar contrato, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei 14.133/21.

22.15. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na Ata de Registro de Preços.

22.16. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

22.17. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado para conhecimento dos participantes da licitação.

23. ANEXOS:

23.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.1.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.1.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

23.1.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de que não Emprega Menor;

23.1.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP;

23.1.5. ANEXO V – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;

23.1.6. ANEXO VI – Modelo de Ata de Registro de Preços;

23.1.7. ANEXO VII – Declarações;

23.1.8. ANEXO VIII - Minuta Contratual.

Ponto Chique/MG, 29 de junho de 2026.

Flávia Aparecida Ramos Oliveira Costa
Secretária Municipal Saúde

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Objeto: A presente contratação tem por objeto contratação para eventual e futura aquisição de materiais, instrumentais e equipamentos odontológicos, destinados a suprir as necessidades das unidades de saúde da rede municipal de Ponto Chique/MG, em especial a Clínica Odontológica Municipal.

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
1	FILME RADIOGRÁFICO INTRABUCAL PERIAPICAL INFANTIL (CAIXA COM 100 PELÍCULAS 2,2 X 3,5 MM: 150X 1 MAS 1-ISSO SIZE2	caixa	6,00	381,17	2.287,02
2	SUGADOR ENDODONTICO C/20	pacote	20,00	20,98	419,60
3	PONTA DE ULTRASSOM PARA DESTARTARIZAÇÃO TAMANHO G1	unidade	10,00	74,06	740,60
4	PONTA DE ULTRASSOM PARA DESTARTARIZAÇÃO TAMANHO G2	unidade	10,00	74,06	740,60

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
5	PONTA DE ULTRASSOM PARA DESTARTARIZAÇÃO TAMANHO G4	unidade	10,00	74,06	740,60
6	BROCA CIRÚRGICA CÔNICA ZEKRYA	unidade	20,00	22,33	446,60
7	BROCA ENDO Z	unidade	50,00	22,33	1.116,50
8	IONÔMERO DE VIDRO R PARA RESTAURAÇÃO, COR U - UNIVERSAL. FRASCO COM 10G DE PÓ E 8ML DE LÍQUIDO, COM MEDIDOR DE PÓ E DOSADOR DE LÍQUIDO	kit	30,00	35,05	1.051,50
9	PINCEL APLICADOR MICRO BUSH M C/100UNID TAMANHO FINO	caixa	50,00	18,19	909,50
10	PINCEL APLICADOR MICRO BUSH M C/100UNID TAMANHO REGULAR	caixa	50,00	18,19	909,50
11	PASTA DE POLIMENTO DIAMANTADA, EMBALAGEM COM SERINGA DE 2G E MAIS PONTEIRA PARA APLICAÇÃO.: U	unidade	20,00	22,32	446,40
12	BROCA MULTILAMINADA 12 LÂMINAS (REMOÇÃO DE ADESIVO ORTODONTICO)	unidade	10,00	19,55	195,50
13	ÓLEO LUBRIFICANTE COM ÓLEO MINERAL DE BAIXA VISCOSIDADE PARA CANETA DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 200ML	frasco	30,00	28,92	867,60
14	PINÇA CLÍNICA ODONTOLOGICA, INOX	unidade	40,00	12,63	505,20
15	FIO DENTAL 100M, CAIXA COM 50 UNID, COMPOSIÇÃO: POLIAMIDA, CERA E AROMA. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: CAIXA: 50 UNIDADES; COR: TRANSPARENTE COMPRIMENTO: 100 METROS CADA;	caixa	15,00	183,88	2.758,20
16	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL CALIBRE 27G, LONGA, EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA E TRISELADA, ESTERELIZADA COM RAIOS GAMA COBALTO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, EM CAIXA COM 100 UNIDADES.	caixa	50,00	38,43	1.921,50
17	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL CALIBRE 30G, EXTRA CURTA, EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA E TRISELADA, ESTERELIZADA COM RAIOS GAMA COBALTO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, EM CAIXA COM 100 UNIDADES.	caixa	30,00	39,84	1.195,20
18	CLOREXIDINA 0,12% 1000ML	frasco	15,00	41,40	621,00
19	OTOSPORIM 10ML	unidade	20,00	21,75	435,00
20	TIRAS ABRASIVA PARA RESINA, 04MMX170MM.ABRASIVO DE GRANULAÇÃO GROSSA (CINZA) E MÉDIA (BRANCA), COM CENTRO NEUTRO SEM ABRASIVO. CAIXA COM 150 TIRAS.	envelope	50,00	16,55	827,50

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
21	SERINGA CARPULE PA ANESTESIA COM REFLUXO AUTOMATICO	unidade	20,00	63,45	1.269,00
22	SOBRELUVAS PLÁSTICAS DESCARTÁVEIS, COM 100 UNID	pacote	50,00	12,42	621,00
23	GORRO DESCARTAVEL, BRANCO, HIPOALERGICO, PCT COM 100 UNIDADES	pacote	100,00	12,41	1.241,00
24	SONDA EXPLORADORA DUPLA, INOX, N° 5, USO ODONTOLOGICO	unidade	30,00	18,18	545,40
25	ESCULPIDOR TIPO HOLLEMBACK N° 03, INOX	unidade	50,00	16,22	811,00
26	APLICADOR DYCAL RETO	unidade	40,00	16,74	669,60
27	APLICADOR DYCAL ANGULADO	unidade	40,00	15,39	615,60
28	ADESIVO PRIME & BOND 2.1, MONOCOMPONENTE, COM FLÚOR, 04 ML.	unidade	20,00	22,88	457,60
29	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL À BASE DE LIDOCAÍNA HCL 2% + EPINEFRINA 1:100.00, TUBETES COM 1,8 ML, EMBALADO EM CAIXA COM 50 TUBETES.	caixa	60,00	160,73	9.643,80
30	BANDA MATRIZ DE AÇO DE 0,05MM X 05 MM, COM 0,5 M DE COMPRIMENTO	estojo	20,00	4,24	84,80
31	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA HASTE CURTA 702C	unidade	30,00	17,85	535,50
32	BROCA CARBIDE ESFÉRICA PARA BAIXA ROTAÇÃO N° CA2.	unidade	30,00	6,99	209,70
33	BROCA CARBIDE ESFÉRICA PARA BAIXA ROTAÇÃO N° CA4.	unidade	30,00	8,81	264,30
34	BROCA CARBIDE ESFÉRICA PARA BAIXA ROTAÇÃO N° CA6.	unidade	30,00	11,00	330,00
35	BROCA CARBIDE ESFÉRICA PARA BAIXA ROTAÇÃO N° CA8.	unidade	30,00	9,90	297,00
36	CURATIVO ALVEOLAR COM PRÓPOLIS – ALVEOLEX, FRASCO COM 10G.	frasco	20,00	47,51	950,20
37	BANDA MATRIZ DE AÇO DE 0,05 MM X 07 MM, COM 0,5 M DE COMPRIMENTO.	frasco	20,00	4,49	89,80
38	CUNHA ANATÔMICA DE MADEIRA COLORIDA SORTIDA EMBALAGEM C/ 100 UNID	pacote	50,00	12,07	603,50
39	DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO, KIT COM 100 UNIDADES	unidade	10,00	139,83	1.398,30
40	ESCOVA DENTAL ADULTO, CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 4 FILEIRAS DE TUFOS, CONTENDO 34 TUFOS DE CERDAS, APARADAS UNID INDIVIDUALMENTE EM SAQUINHO PLÁSTICO TIPO FLOW PACK LACRADOFORMEMENTE E ARREDONDAS NA MESMA	unidade	500,00	15,68	7.840,00

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
	ALTURA, CABO RETO, MEDINDO 17CM, ANATÔMICO, COM EMPUNHADURA, EMBALADA				
41	ESCOVA DENTAL INFANTIL CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 4 FILEIRAS DE TUFOS, CONTENDO 28 TUFOS HOMOGÊNEOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE, CABO RETO OPACO, ANATÔMICO EM POLIPROPILENO ATÓXICO, COM EMPUNHADURA, MEDINDO 15CM DE COMPRIMENTO, CORES SORTIDAS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM SAQUINHO PLÁSTICO LACRADO TIPO FLOW PACK, LACRADO.	unidade	500,00	17,56	8.780,00
42	FLÚOR GEL, ACIDULADO, FLUORETO A 1,23%, SABOR MORANGO, MENTA OU TUTTIFRUTTI, FRASCO COM 200 ML, PARA APLICAÇÃO TÓPICA	frasco	100,00	8,25	825,00
43	IONÔMERO DE VIDRO F PARA FORRAÇÃO, COR U - UNIVERSAL. FRASCO COM 10G DE PÓ E 8ML DE LÍQUIDO, COM MEDIDOR DE PÓ E DOSADOR DE LÍQUIDO.	kit	20,00	36,42	728,40
44	KIT MACROMODELO (ARCADA E ESCOVA)	unidade	2,00	240,98	481,96
45	KIT PARA POLIMENTO DE RESINA: SISTEMA DE POLIMENTO PARA COMPÓSITO E AMÁLGAMAS. PONTAS MONTADAS DE SILICONE PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURAÇÕES DENTÁRIAS. PONTAS DE SILICONE NA COR BRANCA COM ÓXIDOS ABRASIVOS (ÓXIDO DE ALUMÍNIO) APRESENTADAS EM MANDRIS PARA CONTRA-ÂNGULO EM TRÊS TIPOS DE FORMATO: LENTILHA, CHAMA, COPO. CAIXA COM 07 PONTAS.	kit	12,00	145,81	1.749,72
46	MINI KIT MATRIZ UNIMATRIX R - MINI KIT COM 25 MATRIZES SORTIDAS, 1 GRAMPO AZUL (HARD - MAIOR PRESSÃO) E 4 PROTETORES DE SILICONE TRIANGULARES.	unidade	10,00	242,92	2.429,20
47	PAPEL CARBONO TIPO ACCUFILM OU SIMILAR COM 280 TIRAS.	caixa	10,00	184,36	1.843,60
48	PASTA PROFILÁTICA, ABRASIVA, COM FLÚOR 90 G, SABOR TUTTI-FRUTTI.	unidade	100,00	10,35	1.035,00
49	PEDRA POMES, EMBALAGEM COM 100 G.	unidade	20,00	8,77	175,40
50	PONTA DIAMANTADA 1011: AJUSTE	unidade	40,00	3,40	136,00
51	PONTA DIAMANTADA 1012	unidade	40,00	3,51	140,40
52	PONTA DIAMANTADA 1013	unidade	40,00	3,40	136,00
53	PONTA DIAMANTADA 1014	unidade	40,00	3,51	140,40
54	PONTA DIAMANTADA 1190	unidade	40,00	3,51	140,40

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
55	PONTA DIAMANTADA 3168	unidade	40,00	2,86	114,40
56	PONTA DIAMANTADA 3200	unidade	40,00	4,26	170,40
57	PONTA DIAMANTADA CHAMA GRANULAÇÃO EXTRA FINA 3118FF.	unidade	50,00	2,86	143,00
58	PONTA DIAMANTADA CHAMA, GRANULAÇÃO FINA 3118F.	unidade	50,00	2,89	144,50
59	PONTA DIAMANTADA CÔNICA INVERTIDA 1033.	unidade	50,00	5,02	251,00
60	PONTA DIAMANTADA CÔNICA, TOPO EM CHAMA, GRANULAÇÃO EXTRA FINA 3195FF	unidade	50,00	6,01	300,50
61	PONTA DIAMANTADA CÔNICA, TOPO EM CHAMA, GRANULAÇÃO FINA 3195F.	unidade	50,00	5,37	268,50
62	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL A1 UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I, II, III, IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS. (NÃO RECEBEREMOS, DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1)	unidade	20,00	58,12	1.162,40
63	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A2, RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS- GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I, II, III, IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS. (NÃO RECEBEREMOS, DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA2)	unidade	20,00	53,82	1.076,40
64	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3, RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS- GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I, II, III, IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS. (NÃO RECEBEREMOS, DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA3)	unidade	20,00	44,13	882,60

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
65	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3,5, RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I, II, III, IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS. (NÃO RECEBEREMOS, DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA3,5).	unidade	20,00	37,48	749,60
66	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL B1, RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS- GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I, II, III, IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS. (NÃO RECEBEREMOS, DE FORMA SUBSTITUTIVA, EB1).	unidade	15,00	84,23	1.263,45
67	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL B2, RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS- GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I, II, III, IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS. (NÃO RECEBEREMOS, DE FORMA SUBSTITUTIVA, EB2).	unidade	15,00	78,38	1.175,70
68	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL D3, RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4 µM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I, II, III, IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS.	unidade	15,00	82,55	1.238,25
69	SOLUÇÃO DE GLUTARALDEÍDO A 2%, PARA DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO, EM EMBALAGEM DE 1000ML	frasco	12,00	36,68	440,16

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
70	TIRA DE AÇO 04 MM (LIXA ABRASIVA PARA AMÁLGAMA), ENV COM 12 UNIDADES.	envelope	20,00	7,60	152,00
71	TIRA TRANSPARENTE DE POLIÉSTER 10 MM X 120 MM X 0,5 MM. COM 50 UNIDADES.	envelope	30,00	4,07	122,10
72	VASELINA SÓLIDA 20G.	unidade	10,00	14,76	147,60
73	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COMPOSTA OA1	unidade	20,00	44,33	886,60
74	RESINA COMPOSTA OA2 SERINGA DE 3,8 A 4 GRAMAS	unidade	20,00	58,47	1.169,40
75	RESINA COMPOSTA OA3 - SERINGA DE 3,8 A 4 GRAMAS	unidade	20,00	59,54	1.190,80
76	RESINA COMPOSTA OA3,5U - SERINGA DE 3,8 A 4 GRAMAS	unidade	20,00	44,82	896,40
77	RESINA FLUIDA, COMPOSTA DE 1 SERINGA 2G + 5 PONTEIRAS. COR A1	unidade	30,00	21,68	650,40
78	ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOSSELANTE 250MM X 350MM	unidade	30,00	136,67	4.100,10
79	BANDEJA CLÍNICA PARA ESTERILIZAÇÃO INOX 22 X 12 X 1,5 CM	unidade	20,00	44,76	895,20
80	BANDEJA CLÍNICA PARA ESTERILIZAÇÃO INOX 22 X 17 X 1,5 CM	unidade	20,00	58,24	1.164,80
81	MANDRIL PARA CONTRA ÂNGULO ADAPTADOR, EM ACIDO INOXIDAVEL	unidade	20,00	8,04	160,80
82	TRICRESOL FORMALINA, USO ODONTOLÓGICO, VIDRO COM 10ML	unidade	6,00	19,24	115,44
83	LIMA K 1º SERIE 25MM 15-40 CC PCTE COM 6 UNIDADES	pacote	20,00	15,32	306,40
84	LIMA K 2º SERIE 25MM 45-80 CC PACOTE COM 6 UNIDADES	pacote	10,00	21,57	215,70
85	STOP DE SILICONE PARA LIMAS COM 100 UNIDADES	pacote	15,00	26,57	398,55
86	RÉGUA ENDODÔNTICA ALUMÍNIO PRATA	unidade	4,00	20,79	83,16
87	KIT ACADEMICO C/3 PEÇAS (PEÇA RETA, MICROMOTOR E CONTRA ÂNGULO BAIXA) [EQUIPAMENTO]	unidade	3,00	1.593,19	4.779,57
88	ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% PARA CONDICIONAMENTO DO ESMALTE E DENTINA. EMBALAGEM COM 03 SERINGAS DE 2,5ML CADA E COM 03 PONTEIRAS. POSSUI CE (CERTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE EUROPÉIA) E MANUAL DE BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	kit	100,00	7,67	767,00
89	MANGOTE DE RASPA (MANGA ISOLANTE), CONFECCIONADO EM MATERIAL RASPA DE COURO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIRAS AJUSTÁVEIS POR FIVELA, 60 CM, CONFECCIONADO EM RASPA DE	par	20,00	8,50	170,00

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
	COURO BOVINO CURTIDO AO CROMO, COSTURADO COM FIO 100% ALGODÃO OU ARAMIDA COM TIRAS EM RASPA PARA AJUSTE PRESAS POR FIVELAS METÁLICAS REFORÇADAS COM ROLETES E PINOS. O MANGOTE DE RASPA POSSUI FIVELAS METÁLICAS PARA AJUSTE, UMA EM CADA LADO, COM A ESPESSURA MÉDIA DE 1,50 MM E GRAMATURA 0,0815 GRAMAS/CM ² OU 0,815 KG/M. MARCA DE REFERÊNCIA: ZANEL				
90	FIO DENTAL EXTRA FINO, CONFECCIONADO EM POLIAMIDA, CERA E AROMA DE MENTA, EFICAZ NA REMOÇÃO DA PLACA BACTERIANA INTERPROXIMAL, EMBALAGEM POCKET, COM TAMPA FLIP, ROLO DE 25 METROS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM SAQUINHO PLÁSTICO TIPO FLOW PACK LACRADO	unidade	30,00	16,72	501,60
91	FIXADOR ODONTOLÓGICO PRONTO PARA USO EM PROCESSO MANUAL, COMPOSTO DE ÁGUA, SULFATO DE ALUMÍNIO, TIOSSULFATO DE AMÔNIO (10-15%), FRASCO COM 475 ML	unidade	20,00	15,60	312,00
92	REVELADOR DE RAIOS X, 475 ML, CARACTERÍSTICAS: • COMPOSIÇÃO: SULFITO DE SÓDIO. • PRONTO USO. • VALIDADE: 1 ANO. INDICAÇÕES: INDICADO PARA REVELAÇÃO DA IMAGEM DO EXAME NA PELÍCULA DE FILME.	unidade	20,00	18,54	370,80
93	ROLETE DENTAL – ALGODÃO, FORMATO CILÍNDRICO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	pacote	100,00	4,21	421,00
94	SPRAY PARA TESTE DE VITALIDADE PULPAR (-50 GRAUS), EMBALAGEM COM 200 ML	unidade	10,00	56,34	563,40
95	SUGADOR DESCARTÁVEL ODONTOLÓGICO (PACOTE COM 40). TUBO CONFECCIONADO EM PVC TRANSPARENTE E ATÓXICO. ARAME EM AÇO ESPECIAL, DESENVOLVIDO PARA FIXAÇÃO IMEDIATA NA POSIÇÃO DESEJADA PELO PROFISSIONAL. PONTEIRA CONFECCIONADA EM PVC MACIO, ATÓXICO, COLORIDO, VAZADA.	pacote	160,00	12,48	1.996,80
96	FIO PARA SUTURA EM NYLON COM AGULHA, DIÂMETRO 4-0, 45CM	caixa	20,00	63,58	1.271,60
97	FIO PARA SUTURA EM NYLON COM AGULHA, DIÂMETRO 3-0, 45CM	caixa	20,00	69,26	1.385,20
98	FIO PARA SUTURA EM NYLON COM AGULHA, DIÂMETRO 5-0, 45CM	caixa	20,00	66,69	1.333,80
99	FIO PARA SUTURA EM NYLON COM AGULHA, DIÂMETRO 2-0, 45CM	caixa	20,00	66,12	1.322,40

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
100	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML, COM AGULHA: DE 1ª QUALIDADE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA E MARCA DO FABRICANTE.	unidade	150,00	1,05	157,50
101	CIMENTO COLTOSOL COM FLÚOR, EMBALAGEM 20 GRS	unidade	8,00	14,68	117,44
102	CREME DENTAL ADULTO 90 GRAMAS EM TUBO PLASTICO	tubo	500,00	5,14	2.570,00
103	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL À BASE DE MEPIVACAÍNA COM ADRENALINA 2%, 1: 100.000, TUBETES COM 1,8 ML, EMBALADO EM CAIXA COM 50 TUBETES	caixa	30,00	175,90	5.277,00
104	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL À BASE DE PRILOCAÍNA A 3% E FELIPRESSINA OCTAPRESSIN), 1: 100.00, TUBETES COM 1,8 ML, EMBALADO EM CAIXA COM 50 TUBETES	caixa	50,00	226,91	11.345,50
105	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL CALIBRE 30G, CURTA, EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA E TRISELADA, ESTERELIZADA COM RAIOS GAMA COBALTO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, EM CAIXA COM 100 UNIDADES.	caixa	20,00	34,18	683,60
106	CIMENTO - IRM - KIT PÓ 38GR + LIQ. 15 ML, COMPOSIÇÃO REFORÇADA À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL.	kit	20,00	24,64	492,80
107	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, PARA FORRAÇÃO DE CAVIDADES, PROTEÇÃO TECIDOS PULPARES, COMPOSTO DE PASTA BASE (13G) + PASTA CATALISADORA (11G) +BLOCO PARA ESPATULAÇÃO.	unidade	20,00	31,90	638,00
108	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO HIDROLISADO, USO ODONTOLÓGICO, CAIXA COM 10 UNIDADES.	caixa	20,00	54,97	1.099,40
109	FILME RADIOGRÁFICO INTRABUCAL, E SPEEDY (CAIXA COM 150 PELÍCULAS 03 X 04 CM: 150X 1 AMS1-ISSO SIZE2)	caixa	12,00	338,13	4.057,56
110	FIO DENTAL 500 METROS, POLIPROPILENO ENTRELAÇADO, CERA MICROCRISTALINA, COM AROMA	unidade	30,00	15,53	465,90
111	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO ACONDICIONADO EM FRASCO DE 20 ML	unidade	12,00	11,37	136,44
112	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA – HEMOSTOP, COR NATURAL, FRASCO COM 10 ML	unidade	10,00	26,41	264,10
113	VERNIZ FLUORETADO, 10 ML	unidade	10,00	23,04	230,40
114	DETERGENTE MULTIENZIMÁTICO 1000ML:	unidade	15,00	27,80	417,00

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
115	LÂMINA BISTURI N 12 C/ 100	unidade	10,00	44,42	444,20
116	LÂMINA DE BISTURI Nº 11 CX COM 100 UNID	caixa	10,00	48,36	483,60
117	LÂMINA DE BISTURI Nº 15 CX COM 100 UNID	caixa	10,00	48,61	486,10
118	ÁGUA DESTILADA 1LT.	unidade	120,00	8,29	994,80
119	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILO 13 FIOS COM 500 UNIDADES, DIMENSÕES DO ITEM C X L X A 20 X 12 X 8 CENTÍMETROS CLASSIFICAÇÃO DE ESTERILIDADE NÃO ESTÉRIL	unidade	50,00	26,85	1.342,50
120	RESINA FLUIDA, COMPOSTA DE 1 SERINGA 2G + 5 PONTEIRAS. COR A2	unidade	30,00	20,78	623,40
121	RESINA FLUIDA, COMPOSTA DE 1 SERINGA 2G + 5 PONTEIRAS. COR B2	unidade	30,00	20,78	623,40
122	RESINA FLUIDA, COMPOSTA DE 1 SERINGA 2G + 5 PONTEIRAS. COR A3,5	unidade	30,00	20,78	623,40
123	RESINA FLUIDA, COMPOSTA DE 1 SERINGA 2G + 5 PONTEIRAS. COR A3	unidade	30,00	20,78	623,40
124	ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO 25MMX100M ROLO 100M	rolo	20,00	114,58	2.291,60
125	ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOSSELANTE 90MM X 250MM	caixa	30,00	36,91	1.107,30
126	ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO 5CM X 100 M	rolo	20,00	37,52	750,40
127	BICARBONATO DE SÓDIO 500 GRS NATURAL, EMBALAGEM PLASTICA, FRASCO DE 500 GRS	unidade	10,00	25,50	255,00
128	RIODEINE IODOPOVIDONA ANTISSÉPTICO TÓPICO PVPI 1L	frasco	15,00	60,64	909,60
129	ESPELHO BUCAL CLÍNICO DENTAL ODONTOLÓGICO COM CABO INOX Nº5	unidade	50,00	17,34	867,00
130	SELANTE PARA FOSSULAS E FISSURAS, FOTO POLIMERIZAVEL: KIT COM UMA SOLUÇÃO DE RESINA, 1 SOLUÇÃO DE CONDICIONADOR ACIDO, BANDEJAS DESCARTAVEIS, CABO DE PINCEL E PINCEIS TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, Nº DE LOTE, VALIDADE, Nº DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	unidade	12,00	51,45	617,40
131	KIT ACADEMICO ODONTOLOGCO COMPOSTO DE 04 PEÇAS: ELE INCLUI UMA UNIDADE DE ALTA ROTAÇÃO Z35T (PRATA), UM MICRO MOTOR X10, UM CONTRA ÂNGULO T20 E UMA PEÇA RETA P10, TODOS COM TECNOLOGIA AVANÇADA PARA GARANTIR DESEMPENHO SUPERIOR. ALÉM DOS INSTRUMENTOS, O KIT VEM EQUIPADO COM: ÓLEO LUBRIFICANTE	kit	2,00	1.897,48	3.794,96

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
	ODONTOLUB, IDEAL PARA MANUTENÇÃO E LONGEVIDADE DOS EQUIPAMENTOS. ADAPTADOR PARA BROCAS FG, FACILITANDO O USO DE DIFERENTES ACESSÓRIOS. ESTOJO ORGANIZADOR PARA MANTER TODOS OS ITENS EM ORDEM, JUNTO COM ESTOJOS INDIVIDUAIS PARA CADA FERRAMENTA. MOCHILA ODONTOBAG PREMIUM, QUE ACOMPANHA UM CHAVEIRO SCHUSTER, UNINDO ESTILO E FUNCIONALIDADE. SACA BROCAS ESPECÍFICO PARA O CONTRA ÂNGULO, PARA MAIOR COMODIDADE DURANTE OS PROCEDIMENTOS. [EQUIPAMENTO]				
132	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS, TIPO:LED COM FIO [EQUIPAMENTO]	unidade	2,00	581,71	1.163,42
133	ANESTÉSICO TÓPICO GEL (12 G) - BENZOCAÍNA 200MG/G, POTE C/12 G, SABORES VARIADOS.	frasco	50,00	20,25	1.012,50
134	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A 10G	unidade	20,00	7,49	149,80
135	SUGADOR CIRURGICO DESCARTAVEL COM 40 UNIDADES	pacote	50,00	67,92	3.396,00
136	GAZE ESTERIL PACOTE C/ 10 UNID 100% ALGODÃO, COMPRESSA 7,5X7,5 DE GAZES ESTÉRIL	pacote	300,00	1,70	510,00
137	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML, COM AGULHA: DE 1ª QUALIDADE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA E MARCA DO FABRICANTE.	unidade	150,00	0,91	136,50
138	BABADOR IMPERMEÁVEL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	unidade	30,00	26,18	785,40
139	ESCOVA DE ROBSON TIPO PINCEL BRANCA C/100 UNID	pacote	80,00	189,42	15.153,60
140	SISTEMA ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA ESMALTE E DENTINA, INDICADO PARA PROCEDIMENTOS RESTAURADORES ODONTOLÓGICOS. FRASCO COM 6ML	unidade	10,00	73,47	734,70
141	PASTA PROFILÁTICA ODONTOLÓGICA, PARA LIMPEZA E POLIMENTO DENTAL, ABRASIVIDADE FINA OU MÉDIA, PRONTA PARA USO, EMBALAGEM COM CONTEÚDO MÍNIMO DE 90 G, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, COM REGISTRO NA ANVISA E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES NA DATA DA ENTREGA.	unidade	20,00	10,15	203,00
142	CIMENTO RESINOSO ODONTOLÓGICO, DE POLIMERIZAÇÃO DUAL, PARA CIMENTAÇÃO PERMANENTE DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS, COMPOSTO POR PASTA BASE E CATALISADORA,	unidade	4,00	130,52	522,08

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
	ACONDICIONADO EM SERINGA AUTOMISTURADORA OU SISTEMA EQUIVALENTE, COM CONTEÚDO MÍNIMO DE 8 G, ACOMPANHADO DE PONTEIRAS MISTURADORAS QUANDO APLICÁVEL, REGISTRO NA ANVISA E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES NA DATA DA ENTREGA.				
143	AGENTE DE UNIÃO (SILANO) ODONTOLÓGICO, MONOCOMPONENTE, PRONTO PARA USO, INDICADO PARA SILANIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE CERÂMICAS, PORCELANAS, CERÔMEROS, RESINAS LABORATORIAIS E PINOS DE FIBRA DE VIDRO, PROMOVEDO AUMENTO DA ADESÃO QUÍMICA COM SISTEMAS ADESIVOS E CIMENTOS RESINOSOS, EMBALAGEM COM CONTEÚDO MÍNIMO DE 4 ML, REGISTRO NA ANVISA E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES NA DATA DA ENTREGA.	unidade	4,00	77,95	311,80
144	ESCAVADOR DE DENTINA Nº 11/12, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICO, AUTOCLAVÁVEL, RESISTENTE À CORROSÃO, COM CABO ANATÔMICO, PONTAS ATIVAS AFIADAS E RESISTENTES AO DESGASTE, DESTINADO À REMOÇÃO DE DENTINA CARIADA, ATENDENDO ÀS NORMAS APLICÁVEIS PARA INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.	unidade	20,00	27,59	551,80
145	ESCAVADOR DE DENTINA Nº 14, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICO, AUTOCLAVÁVEL, RESISTENTE À CORROSÃO, COM CABO ANATÔMICO E PONTA ATIVA Nº 14, INDICADO PARA REMOÇÃO DE DENTINA CARIADA E TECIDOS AMOLECIDOS, ATENDENDO ÀS NORMAS APLICÁVEIS PARA INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.	unidade	20,00	29,23	584,60
146	CABO PARA ESPELHO CLÍNICO ODONTOLÓGICO, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICO, AUTOCLAVÁVEL, RESISTENTE À CORROSÃO, COM ENCAIXE ROSQUEÁVEL PADRÃO UNIVERSAL PARA ESPELHOS CLÍNICOS ODONTOLÓGICOS, CABO ANATÔMICO E SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE, ATENDENDO ÀS NORMAS APLICÁVEIS PARA INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.	unidade	20,00	14,45	289,00
147	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO COM JATO DE BICARBONATO INTEGRADO, COM SISTEMA DE ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO, AJUSTE DE POTÊNCIA, RESERVATÓRIO PARA BICARBONATO, SISTEMA DE IRRIGAÇÃO, CANETA AUTOCLAVÁVEL, PEDAL DE ACIONAMENTO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE LOCAL, ACOMPANHADO DE PONTAS, CHAVES DE INSTALAÇÃO E DEMAIS ACESSÓRIOS	unidade	2,00	4.566,33	9.132,66

Item	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Subtotal (R\$)
	NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO, REGISTRO NA ANVISA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. [EQUIPAMENTO]				

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 183.012,14 (cento e oitenta e três mil, doze reais e quatorze centavos)

1.2. Os materiais, instrumentais e equipamentos objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O instrumento contratual (Ata de Registro de Preços e, quando cabível, contrato dela decorrente) deverá estabelecer as regras relacionadas à execução do fornecimento, incluindo condições de entrega, prazos, responsabilidades da contratada e demais obrigações necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

1.4. A contratação será realizada por meio de Pregão, na forma eletrônica, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), com fundamento no art. 6º, incisos XLI e XLV, no art. 29, caput, e no art. 82, §2º, incisos I e IV, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os limites legais vigentes e demais disposições aplicáveis.

1.5. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os fornecimentos serão executados conforme demanda da Administração Municipal, mediante emissão de Autorização de Fornecimento pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Ata.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o abastecimento contínuo de materiais, instrumentais e equipamentos odontológicos às unidades de saúde do Município, em razão da demanda contínua pelos serviços odontológicos ofertados à população, abrangendo procedimentos preventivos, restauradores, cirúrgicos, periodontais, endodônticos e de promoção da saúde bucal. A disponibilidade permanente desses materiais constitui requisito operacional indispensável à continuidade dos atendimentos prestados pelas equipes de saúde bucal da rede municipal.

2.2. A contratada deverá fornecer os materiais, instrumentais e equipamentos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, observadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Conselho Federal de Odontologia (CFO) e demais normas técnicas aplicáveis à área da saúde, viabilizando a execução segura e regular dos procedimentos pelos profissionais da rede municipal.

2.3. A ausência ou insuficiência desses materiais, instrumentais e equipamentos pode comprometer a continuidade dos atendimentos, ocasionar suspensão de procedimentos, aumento da demanda reprimida e prejuízos à assistência prestada à população, especialmente no âmbito da atenção primária à saúde, em prejuízo ao interesse público e à regularidade dos serviços de saúde bucal do Sistema Único de Saúde (SUS).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Após a análise da demanda e das possíveis alternativas de contratação, verificou-se que a solução mais adequada para atender à necessidade de abastecimento contínuo de materiais, instrumentais e equipamentos odontológicos é a realização de Pregão Eletrônico para formação de Sistema de Registro de Preços (SRP), destinado à aquisição parcelada e fracionada dos itens relacionados no Anexo I, conforme a demanda efetiva das unidades de saúde.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 6º, inciso XLI, que o pregão é modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, hipótese em que se enquadra o objeto da presente contratação, nos termos do art. 6º, inciso XIII, e do art. 29, caput, da mesma Lei.

A contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 6º, inciso XLV, e do art. 82, §2º, incisos I e IV, da Lei nº 14.133/2021, em razão da necessidade de contratações frequentes dos materiais odontológicos e da conveniência de entregas parceladas conforme a demanda real das unidades de saúde, evitando-se a formação de estoques excessivos e o risco de vencimento de produtos com prazo de validade limitado, como resinas, anestésicos e filmes radiográficos.

Os materiais, instrumentais e equipamentos ora contratados são classificados como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. A disponibilidade permanente desses itens é medida impositiva para garantir a continuidade dos serviços de saúde bucal prestados pela rede municipal, assegurando qualidade, segurança e regularidade dos atendimentos.

O objeto será licitado de forma parcelada, em 147 (cento e quarenta e sete) itens distintos, nos termos do art. 40, V, alínea “b”, e do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que tal medida amplia a competitividade do certame, possibilitando a participação de maior número de licitantes, inclusive empresas de menor porte que não dispõem de capacidade técnica, operacional ou financeira para atender à integralidade do objeto caso este fosse licitado de forma unificada. O levantamento de mercado constante do Estudo Técnico Preliminar identificou, ademais, a inexistência de fornecedor único capaz de atender, com aderência integral, à totalidade dos itens especificados, em razão da diversidade de segmentos envolvidos (materiais de consumo, instrumentais clínicos e equipamentos de uso continuado).

Diante do exposto, o Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços estabelece-se como solução eficiente e juridicamente adequada para atender às necessidades do Município, garantindo a continuidade dos serviços de saúde bucal e o uso racional dos recursos públicos disponíveis.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Poderão participar do respectivo processo pessoas jurídicas, devidamente habilitadas, com idoneidade, regularidade fiscal e trabalhista, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas no respectivo instrumento convocatório e anexos, bem como aceitem as normas estabelecidas pelo Município de Ponto Chique/MG.

4.2. Os materiais, instrumentais e equipamentos deverão ser fornecidos em conformidade com a legislação vigente aplicável à área da saúde, observando as normas da Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (ANVISA), do Conselho Federal de Odontologia (CFO), bem como as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, além dos padrões de qualidade e normas técnicas aplicáveis, sendo obrigatório, quando exigível por lei, o respectivo registro ou notificação na ANVISA.

4.3. A contratada deverá atender integralmente às especificações técnicas descritas para cada item, sendo vedada a substituição por produto de especificação diversa, salvo expressa anuência da Secretaria Municipal de Saúde, mediante comprovação de equivalência técnica.

4.4. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e no instrumento contratual, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.5. A contratada deverá executar o fornecimento observando as melhores práticas técnicas, zelo, ética profissional, qualidade, assiduidade e pontualidade, garantindo a entrega dos materiais, instrumentos e equipamentos em conformidade com as especificações e pactuações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.6. A contratada responsabilizar-se-á por todos e quaisquer ônus decorrentes do cumprimento do objeto, inclusive pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do fornecimento.

4.7. Os fornecimentos serão executados conforme demanda da Administração, mediante Autorização de Fornecimento emitida pelo setor competente da Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo entrega dos materiais, instrumentais e equipamentos nas Unidades Básicas de Saúde localizadas na sede do Município, sendo assegurado suporte técnico e substituição de itens sempre que necessário.

4.8. Fica expressamente estipulado que não se estabelece, para nenhuma das partes, direitos e obrigações além daqueles expressamente previstos, nem se configura qualquer tipo de responsabilidade solidária ou subsidiária entre as partes com relação ao pessoal que qualquer delas venha a empregar ou utilizar para a execução do objeto, correndo por conta exclusiva da contratada todas as despesas com salários, honorários, recolhimento de encargos sociais, securitários e tributários ou qualquer outro decorrente da legislação vigente, não gerando qualquer vínculo empregatício entre as partes ou seus prepostos.

4.9. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1.1. O fornecimento dos itens registrados em Ata será parcelado, realizado conforme a demanda efetiva das unidades de saúde, mediante emissão de Autorização de Fornecimento (ou instrumento equivalente) pela Secretaria Municipal de Saúde, não havendo obrigatoriedade de aquisição da totalidade dos quantitativos registrados.

5.1.2. Cada Autorização de Fornecimento especificará os itens, quantidades, local e prazo de entrega, observados os limites e condições fixados na Ata de Registro de Preços.

5.1.3. Os materiais, instrumentais e equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento, salvo prazo diverso expressamente fixado para item específico, em razão de sua natureza.

5.1.4. A entrega deverá ocorrer nas Unidades Básicas de Saúde localizadas na sede do Município de Ponto Chique/MG, conforme endereço(s) indicado(s) na respectiva Autorização de Fornecimento, em dias úteis, no horário compreendido entre 08h00min e 16h30min, podendo ser ajustado conforme necessidade da Administração.

5.1.5. Os itens fornecidos deverão possuir prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data da entrega, salvo disposição diversa constante da especificação técnica do item no Anexo I. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. RECEBIMENTO

6.1.1. O objeto será recebido conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, em duas etapas:

- a) Recebimento provisório: no ato da entrega, para verificação da conformidade quantitativa com o documento fiscal e a Autorização de Fornecimento;
- b) Recebimento definitivo: em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da qualidade e conformidade dos materiais com as especificações técnicas exigidas, condição para liberação do pagamento.

6.1.2. Os materiais, instrumentais e equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades, devendo a contratada promover a substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem custos adicionais para o Município.

6.1.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.4. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela qualidade e segurança dos materiais e equipamentos fornecidos, nem a responsabilidade da contratada pela perfeita execução da Ata e do contrato.

6.2. LIQUIDAÇÃO

6.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) o valor a pagar; e
- d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus no contrato.

6.2.3. A nota fiscal ou instrumento equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.3.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento, juntamente com as comprovações de regularidade junto à Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho.

6.3.2. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização, que somente atestará a realização do fornecimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

6.3.3. A contagem para o 30º (trigésimo) dia previsto no caput só se iniciará após a aceitação dos materiais pela fiscalização do Município de Ponto Chique e o cumprimento pela contratada de todas as condições pactuadas.

6.3.4. Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Ponto Chique, informando o número de sua conta corrente e agência bancária, bem como o número da Autorização de Fornecimento.

6.3.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Ponto Chique.

6.3.6. A critério da Administração, poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

6.3.7. O Município de Ponto Chique poderá sustar todo e qualquer pagamento caso verificadas uma ou mais das seguintes hipóteses: a) a CONTRATADA deixe de acatar determinações do órgão fiscalizador; b) não cumprimento de obrigação assumida; c) a CONTRATADA retarde indevidamente a execução do fornecimento; d) débito da CONTRATADA para com o Município; e) infração às demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

6.3.8. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a indicação de dotação orçamentária somente será exigida no momento da efetiva contratação (emissão da Autorização de Fornecimento ou celebração de contrato), nos termos do art. 7º, §2º, do Decreto nº 11.462/2023, ou regulamento municipal equivalente, cabendo à Secretaria Municipal de Saúde indicar a classificação orçamentária correspondente por ocasião de cada contratação decorrente da Ata.

7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Em observância à diretriz de ampliação da competitividade prevista no art. 11, inciso II, e no art. 9º da Lei nº 14.133/2021, as exigências de habilitação foram dimensionadas no patamar mínimo necessário à garantia da execução do objeto, evitando-se restrições desproporcionais que possam comprometer a participação de licitantes, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte. Para a contratação, a empresa deverá apresentar:

- **Habilitação Jurídica:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, ou documento de inscrição de empresário individual/MEI, conforme o caso.
- **Habilitação Sanitária (ANVISA):** comprovação de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) ou Autorização Especial (AE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 16/2014, com as alterações promovidas pela RDC nº 860/2024, exigida do licitante que comercialize, distribua, importe ou fabrique produtos para saúde sujeitos a controle sanitário, dispensada essa exigência para a empresa que comprove atuar exclusivamente no comércio varejista de produtos de uso leigo ou exclusivamente na instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde, hipóteses em que se exige, em substituição, a licença ou alvará sanitário expedido pelo órgão de vigilância sanitária local.
- **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:** prova de inscrição no CNPJ; Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e certidão de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- **Habilitação Econômico-Financeira:** certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, exigida para todos os itens do certame, ficando dispensada a exigência de índices contábeis, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantia de proposta.
- **Regularidade perante órgãos de controle:** certidão ou declaração de inexistência de restrições impeditivas de contratar com a Administração Pública, incluindo consulta ao CEIS, CNEP e CNJ.

7.2. As exigências de habilitação técnica e econômico-financeira incidirão isoladamente sobre cada item disputado, sendo vedada sua cumulação com base no valor ou quantitativo total da contratação, em atenção à justificativa de parcelamento constante da Seção 3 deste Termo de Referência.

8. PENALIDADES

8.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às seguintes sanções, conforme a Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

- Atraso na entrega dos materiais, instrumentais ou equipamentos: multa de 0,5% ao dia sobre o valor do item ou da Autorização de Fornecimento em atraso, limitada a 10% do valor total da respectiva contratação;
- Entrega de produto em desconformidade com as especificações técnicas exigidas, sem regularização no prazo fixado: multa de 2% a 10% do valor do item, conforme a gravidade;
- Inexecução parcial do objeto: multa de até 10% do valor do contrato ou da Ata, no que couber;
- Inexecução total do objeto: multa de até 20% do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual e do cancelamento do registro de preços.

8.2. As sanções serão aplicadas de forma proporcional à gravidade da infração, observados os critérios fixados no Edital, na Ata de Registro de Preços e nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Tendo em vista a natureza do objeto (aquisição de bens de consumo e equipamentos de baixa e média complexidade) e o valor estimado da contratação, fica dispensada a exigência de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, ressalvada a possibilidade de exigência específica para item de maior valor ou complexidade, a critério da Administração, devidamente justificada no Edital.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i” da Lei n. 14.133/2021)

10.1. A estimativa preliminar do valor da contratação é de R\$ 183.012,14 (cento e oitenta e três mil, doze reais e quatorze centavos), valor obtido a partir de pesquisa de preços realizada em **19/06/2026**, mediante consulta a portais especializados, compras similares da Administração Pública e pesquisa direta com prestadores do ramo, conforme documentação acostada aos autos e detalhada no Estudo Técnico Preliminar.

11. DA RESCISÃO CONTRATUAL PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO

11.1. O presente instrumento contratual poderá ser rescindido:

11.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I do art. 124 e V do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência;

11.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.1.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A participação neste processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições.

12.2. Este Termo de Referência integra o processo administrativo de contratação, juntamente com o Estudo Técnico Preliminar, a Matriz de Riscos e demais documentos da fase de planejamento, vinculando a Administração e os licitantes em todas as fases do certame.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, em seus regulamentos e na legislação correlata aplicável.

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026

(papel timbrado da empresa licitante)

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, INSTRUMENTAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG, EM ESPECIAL A CLÍNICA ODONTOLÓGICA MUNICIPAL.

VALOR TOTAL

1 - Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada;

Preço total da Proposta (em algarismos): R\$ ____ Valor por extenso: _____

Prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias, contados da data de apresentação da mesma): _____
(_____) dias.

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Telefone / Fax: _____

_____, _____, de _____ de 2026.

Assinatura: _____

Obs.: Identificar o responsável pela empresa com CPF e utilizar carimbo padronizado da empresa.

ANEXO III - MODELO EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2026

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

(Nome da empresa) inscrita no CNPJ n°
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n° e
do CPF N°, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n°
14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

14.1. _____, _____, de _____ de 2026.

14.2.

Assinatura: _____

Obs.: Identificar o responsável pela empresa com CPF e utilizar carimbo padronizado da empresa.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE
PEQUENO PORTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026
PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026**

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

14.3. _____, _____, de _____ de 2026.

14.4.

Assinatura: _____

Obs.: Identificar o responsável pela empresa com CPF e utilizar carimbo padronizado da empresa.

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, sediada no endereço _____, telefone/fax n° _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

14.5. _____, _____, de _____ de 2026.

Assinatura: _____

Obs.: Identificar o responsável pela empresa com CPF e utilizar carimbo padronizado da empresa.

ANEXO VI - MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026
PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

Pelo presente instrumento, o Município de Ponto Chique, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.500/0001-47, com sede administrativa na Praça Santana, n. 242 – Centro – cidade de Ponto Chique/MG, neste ato aqui representado pelo prefeito municipal senhor Geraldo Magela Flávio Rabelo, ordenador de despesas, CPF nº xxxxx, a seguir denominado **ÓRGÃO GESTOR** e a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____ nº _____ - _____, neste ato representada por _____, Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, adiante denominada **FORNECEDOR**, regido pela Lei Federal nº 14.133 de 01/04/21, e alterações posteriores, LC nº 123/06, LC nº 147/14, LC nº 155/16, Decreto Municipal nº 007/2024 de 01/02/2024; Decreto Federal nº 11.462 de 31 de Março de 2023 demais condições fixadas neste instrumento convocatório e suas alterações, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. DETENTOR DA ATA: Empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, neste ato representada pelo Sr(a) (nome e função no detentor data).

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Ponto Chique, MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, instrumentais e equipamentos odontológicos, destinados a suprir as necessidades das unidades de saúde da rede municipal de ponto chique/mg, em especial a clínica odontológica municipal, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade de medida	Quantidade	Valor Un

2.1.1. O registro de que trata o subitem 2.1 é composto pela unidade de contratação, sem a indicação do total a ser eventualmente adquirido, conforme autoriza o inciso II do §3º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.1.1.1. Nas contratações decorrentes desta ata de registro de preço, o quantitativo a ser eventualmente adquirido ficará limitado ao valor máximo da despesa fixado no Termo de Referência.

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 024/2026, que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

Revisão de Preço

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele tentada;

III – convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.2.1. A ordem de classificação dos aderentes de preço que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.3. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

II – promover negociação com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.5.

4.3.1. Não existindo aderentes de preço e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.5, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.4. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – proceder às negociações na forma do subitem 4.5, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.4.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.4.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.4.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.4.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Estadual contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

Da negociação para fins de revisão de preço

4.5. As negociações de que tratam os subitens 4.3.1 e 4.4 deverão observar o seguinte procedimento:

4.5.1. O órgão gerenciador deverá convocar os aderentes de preço e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.5.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.5.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os aderentes de preço e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.5.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.5.2 caberá ao órgão gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – Primeira rodada de negociações (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{a + b}{2} = c$$

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – Segunda rodada de negociações (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{2} = d$$

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.5.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.5.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.5.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.5.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o órgão gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – Terceira rodada de negociações (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'e' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - Quarta rodada de negociações (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.5.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.5.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.5.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.5.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.5.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o órgão gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.5.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.5.1, a 4.5.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.5.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.5.1, a 4.5.4, deverá o órgão gerenciador promover:

I - a realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - o cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III – a formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.5.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.5.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o órgão gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O órgão gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos e Entidades Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.4.5. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso, desde que observadas as condicionantes estabelecidas na Lei 14.133/21;

6.1.4.6. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.7. Receber a “*solicitação de adesão*” e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos e as entidades não participantes, por meio do “*termo de adesão*”.

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. São obrigações do DETENTOR DA ARP:

6.2.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos e entidades participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O órgão gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

- I – for liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.
- II – descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;
- III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);
- IV – não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;
- V – sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ata de registro de preço será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- I – pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;
- II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- III – em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;
- IV – por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;
- V – por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o órgão gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

- I - suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.5.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o órgão gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

8.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

8.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

8.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

8.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

8.4. Na assinatura do contrato:

I – será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

8.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.5.1. O contrato a que se refere o subitem 8.5 terá o prazo de vigência da contratação de até 31 de dezembro do mesmo ano do exercício financeiro de vencimento desta ARP contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

8.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4º, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA NONA – DO FORNECIMENTO

9.1 - A quantidade é mera estimativa para atender a demanda em questão e será fornecida de acordo com as necessidades do Município de Ponto Chique, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

9.2 - Os produtos deverão ser entregues conforme a demanda junto a Prefeitura no prazo de 10 (dez) dias úteis após a solicitação, sem nenhum ônus adicional para a contratante. A previsão de entrega dos itens é parcelada e semanalmente e de acordo com as necessidades da Prefeitura, a entrega deverá ser feita na localizada na Praça Santana, n. 242, Centro, Ponto Chique/MG, das 08:00 às 17:00 hrs, de segunda à sexta, exceto em dias de feriados;

9.3. - A Prefeitura Municipal de Ponto Chique não aceitará a exigência de faturamento mínimo, estipulação de horário ou outras restrições da CONTRATADA que venham a prejudicar o CONTRATANTE.

9.4. - Na hipótese de ocorrer fornecimento em desacordo com os requisitos estabelecidos, a CONTRATADA se obriga a reparar a falha no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

9.5 - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente e integralmente, somente após a verificação de sua conformidade com as especificações qualitativas e quantitativas e consequente aceitação, por técnico da CONTRATANTE.

9.6 - O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade e características do objeto entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da realização dos serviços, durante o prazo contratual.

9.7 - Em nenhuma hipótese será admitido o recebimento diverso do objeto licitado ou com qualquer diferença das exigências e propostas contidas na licitação.

9.8 - O recebimento pelo CONTRATANTE não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da CONTRATADA de fornecer serviços de acordo com as condições contidas no Edital, seus Anexos e na proposta da CONTRATADA, nem invalida qualquer reclamação que o CONTRATANTE venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação.

9.9 - A Prefeitura Municipal de Ponto Chique/MG reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com as especificações e condições constantes no instrumento convocatório e seus Anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art. 90, inciso §7º, da Lei Federal nº 14.133/21.

9.10 - Os produtos deverão ser entregues rigorosamente com as características e especificações constantes no termo de referência, ficando esclarecido que correrá por conta da CONTRATADA, todas as despesas com transporte, tributos, fretes, seguros, encargos ou acessórios, entre outros que porventura se mostrem necessários para completo atendimento ao objeto licitado.

9.11 - Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

9.12 - O descumprimento dos prazos e condições acima previstas ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

9.13 - A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

9.14 - O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato. Observação: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

9.15 - Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas se documentos integrantes deste edital, obriga-se, ainda, a proponente vencedora a:

- a) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados;
- b) Manter preposto para representá-la quando o fornecimento dos serviços;
- c) Atender aos servidores do Município de Ponto Chique, com máxima presteza, em caráter obrigatório e imediato, por qualquer meio de comunicação, nos casos de solicitações extraordinárias e ocorridas fora do horário de expediente;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura Municipal de Ponto Chique/MG, por processo legal, no período de até 30 (trinta) dias, após apresentação da Nota fiscal acompanhada das ordens de fornecimento, e ainda, CND's FEDERAL, do FGTS, e CNDT;

10.2 - Se o objeto não for entregue conforme condições deste edital, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

10.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

10.4 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

10.5 - Todos os documentos apresentados na fase de habilitação deverão encontrar-se com prazo de validade vigente na data do pagamento. Caso contrário, documento (s) atualizado (s) deverá (ão) ser reapresentado (s).

10.6 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, não superior a 10 (dez) dias, o valor da fatura não sofrerá acréscimos a qualquer título.

10.7 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, superiores a 10 (dez) dias, o valor da fatura sofrerá acréscimos utilizando-se o índice do IPCA ou INPC conforme legislação aplicável, sendo que será aplicado sempre o percentual mais vantajoso para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ADESÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE NÃO PARTICIPARAM DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos do §2º do artigo 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2 – Os órgãos e as entidades de que trata o caput, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador e ao fornecedor da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

11.3 – Observadas as condições estabelecidas na Ata SRP, o município poderá deferir a contratação adicional, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.4 - Após a autorização do órgão gerenciador e do Fornecedor Beneficiário, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

11.5 - Deverão ser observadas as regras específicas de controle para a adesão à ata de registro de preços previstas nos §§ 4º e 5º do artigo 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.6 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este Termo de Referência não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, e não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, como preveem os §§4º e 5º do artigo 86 da Lei 14.133/2021.

11.7 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, consoante dispõe art. 84 da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

11.7.1 - No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.

11.8 - Caso seja utilizado contrato de fornecimento, decorrente da ata de registro de preços, o mesmo terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas (parágrafo único do art. 84 da Lei n.º 14.133/2021.

11.9 - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo que é a prorrogação prevista no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21 representa uma hipótese de renovação contratual, em que é atribuído ao contratado novo prazo. Ao se renovar o prazo, o objeto, itens e os valores contratados também se renovam, razão pela qual não se confunde com a hipótese de prorrogação a que se alude o art. 84 da Lei 14.133/21.

mandato com poderes para impugnar o Edital).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

12.1-As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal para o exercício de 2026, na classificação abaixo, podendo ser substituída, acrescida ou complementada caso necessário:

05.01.02.10.0301.0010.2036.33903000 – Material de Consumo – Fichas: 191, 192, 193, 194, 195 e 196
05.01.02.10.0301.0010.3020.11905200 – Equipamentos e Material Permanente – Fichas: 212, 213 e 214
05.01.03.10.0302.0011.3022.44905200 – Equipamentos e Material Permanente – Fichas: 241 e 242

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Brasília de Minas/MG para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente ATA em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ponto Chique-MG, ____ de _____ 2026

PELO CONTRATANTE:

Geraldo Magela Flávio Rabelo
Prefeito Municipal de Ponto Chique

Detentor da Ata de Registro de Preço.

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

ANEXO VII - DECLARAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2026
PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 01.612.500/0001-47
PRAÇA SANT'ANA, Nº242, CENTRO, PONTO CHIQUE-MG

(Nome da empresa) inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF Nº, DECLARA, para devidos fins que:

- () DECLARO Há inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- () DECLARO que é **Microempresa, ME** ou () **Empresa de Pequeno Porte, EPP**, definida no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;
- () DECLARO que é **Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP**, tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

(Assinalar a condição da empresa)

- () DECLARO que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no § 5º do art. 90, da Lei Federal n.º 14.133/21;
- () DECLARO o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- () DECLARO o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;
- () DECLARO sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- () DECLARO que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura: _____

Obs.: Identificar o responsável pela empresa com CPF e utilizar carimbo padronizado da empresa.

ANEXO VIII - MINUTA CONTRATUAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

QUE ENTRE SI CELEBRAM NA FORMA E CONDIÇÕES SEGUINTEs, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, O



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE
Estado de Minas Gerais
CNPJ: 01.612.500/0001-47
PRAÇA SANT'ANA, Nº242, CENTRO, PONTO CHIQUE-MG

**MUNICÍPIO DE PONTO CHIQUE E DE OUTRO, COMO
CONTRATADA, A EMPRESA....**

São partes neste contrato, através de seus representantes ao final nomeados, como **CONTRATANTE** o Município de Ponto Chique, entidade de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.500/0001-47, com sede na Praça Santana, n. 242, Centro, Ponto Chique/MG, aqui representado pelo Sr. Prefeito Municipal, **Geraldo Magela Flávio Rabelo**, e do outro lado a empresa ..., aqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo, Sr. ..., assim como pelas condições da Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 024/2026, pelos termos da proposta da Contratada, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1 - O presente Contrato tem como fundamento a 14.133/21 e suas alterações, e ainda o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026 - PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026**, e seus anexos, devidamente homologada pelo Sr. Prefeito, a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2 - Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais, instrumentais e equipamentos odontológicos, destinados a suprir as necessidades das unidades de saúde da rede municipal de ponto chique/mg, em especial a clínica odontológica municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3 - O regime de execução do presente contrato será por preço líquido e certo.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

4 - O objeto deste contrato será pago com recursos orçamentários oriundos do Tesouro Municipal/convênios, no valor estimado de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxx) com a classificação funcional: xxxxxxxxxxxxxxxx

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5 - O prazo de vigência do Contrato será a por xxxx (xxxx) dias contar da data de sua assinatura, o qual não poderá ser aditado nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

5.2 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas de Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

6 - Pelo fornecimento dos materiais descritos na Cláusula segunda deste Contrato, a Contratante pagará os valores unitários abaixo descritos:

Item	Descrição	unida de	Qty	Valor Unitário	Valor Total

OBSERVAÇÕES:

- 6.1 - Os pagamentos serão efetuados conforme fornecimento;
6.2- A entrega deverá ser realizada conforme indicado em solicitação expedida pelo Departamento de Compras no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, juntamente com as comprovações de regularidade junto a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho.

7.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

7.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos produtos pela fiscalização do Município de Ponto Chique e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

7.1.3 - Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Ponto Chique, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

7.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Ponto Chique.

7.2 A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

7.3 O Município de Ponto Chique poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Ponto Chique.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.
- c) A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Ponto Chique.
- d) Débito da CONTRATADA para com o Município de Ponto Chique quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES:

O contrato firmado com o Município não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem autorização expressa do Contratante, sob pena de aplicação de sanções, inclusive rescisão.

8.1. - Das obrigações da Contratada:

8.1.1 - Como condição para emissão da nota de empenho e/ou assinatura de contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida;

8.1.2 - A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, deste que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

8.1.3 - Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos, conforme definido neste Termo.

8.1.4 - Entregar os produtos objeto desta licitação dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

8.1.5 - Executar a ata de registro de preços/contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues.

8.1.6 - Cumprir os prazos previstos no Contrato ou outros que venham a ser fixados pela Prefeitura Municipal de Ponto Chique.

8.1.7 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8.1.8 - Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos produtos objeto do presente instrumento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo Art. 125, da Lei 14.133/21;

8.1.9 - Será responsável pelo o fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança demais quesitos previstos em lei, assegurando todos os direitos inerentes á qualidade de consumidor à Prefeitura.

8.2 Das obrigações da Contratante:

8.2.1. Publicar o extrato do contrato, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas do contrato

8.2.2. Publicar nos moldes do subitem 8.2.1 eventuais mudanças no contrato, inclusive de detentores do contrato, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

8.2.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o valor do contrato com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência do contrato.

8.2.4. Emitir a autorização de compra;

8.2.5. Aceitar, se for o caso, que o contratado substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

8.2.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelo contratado, relacionadas ao gerenciamento do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.2.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.2.6, o contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.;

CLAUSULA NONA – DO FORNECIMENTO

9.1 - A quantidade é mera estimativa para atender a demanda em questão e será fornecida de acordo com as necessidades do Município de Ponto Chique, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

9.2 - Os produtos deverão ser entregues conforme a demanda junto a Prefeitura no prazo de 10 (dez) dias úteis após a solicitação, sem nenhum ônus adicional para a contratante. A previsão de entrega dos itens é parcelada e semanalmente e de acordo com as necessidades da Prefeitura, a entrega deverá ser feita na localizada na Praça Santana, n. 242, Centro, Ponto Chique/MG, das 08:00 às 17:00 hrs, de segunda à sexta, exceto em dias de feriados

9.3. - A Prefeitura Municipal de Ponto Chique não aceitará a exigência de faturamento mínimo, estipulação de horário ou outras restrições da CONTRATADA que venham a prejudicar o CONTRATANTE.

9.4. - Na hipótese de ocorrer fornecimento em desacordo com os requisitos estabelecidos, a CONTRATADA se obriga a reparar a falha no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

9.5 - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente e integralmente, somente após a verificação de sua conformidade com as especificações qualitativas e quantitativas e consequente aceitação, por técnico da CONTRATANTE.

9.6 - O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade e características do objeto entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da realização dos serviços, durante o prazo contratual.

9.7 - Em nenhuma hipótese será admitido o recebimento diverso do objeto licitado ou com qualquer diferença das exigências e propostas contidas na licitação.

9.8 - O recebimento pelo CONTRATANTE não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da CONTRATADA de fornecer serviços de acordo com as condições contidas no Edital, seus Anexos e na proposta da CONTRATADA, nem invalida qualquer reclamação que o CONTRATANTE venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora de especificação, garantida a faculdade de troca/reparação.

9.9 - A Prefeitura Municipal de Ponto Chique/MG reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com as especificações e condições constantes no instrumento convocatório e seus Anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art. 90, inciso §7º, da Lei Federal nº 14.133/21.

9.10 - Os produtos deverão ser entregues rigorosamente com as características e especificações constantes no termo de referência, ficando esclarecido que correrá por conta da CONTRATADA, todas as despesas com transporte, tributos, fretes, seguros, encargos ou acessórios, entre outros que porventura se mostrem necessários para completo atendimento ao objeto licitado.

9.11 - Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

9.12 - O descumprimento dos prazos e condições acima previstas ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

9.13 - A prestação dos serviços e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou outro documento equivalente.

9.14 - O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato. Observação: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

9.15 - Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas se documentos integrantes deste edital, obriga-se, ainda, a proponente vencedora a:

- a) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados;
- b) Manter preposto para representá-la quando o fornecimento dos serviços;
- c) Atender aos servidores do Município de Ponto Chique, com máxima presteza, em caráter obrigatório e imediato, por qualquer meio de comunicação, nos casos de solicitações extraordinárias e ocorridas fora do horário de expediente;

CLAUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

10.1 - Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I art. 124 da Lei 14.133/21 e V do art. 137 da Lei 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;

10.2 - Amigavelmente, nos termos do art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao(a) CONTRATADO(A) o direito à prévia e ampla defesa.

10.4 - O(A) CONTRATADO(A) reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

10.5 - Fica ainda convencionado, entre as partes, a previsibilidade de rescisão unilateralmente sob aviso, com prazo mínimo de antecedência de 15 (quinze) dias pela desistência na continuidade na prestação dos serviços, sem ônus indenizatório em decorrência da rescisão antecipada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Pela inexecução das condições estipuladas, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

1- Multa calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21; e

2 – Fica impedimento de licitar e contratar o responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato do processo licitatório que o originou serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

13.1 - Este Contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório N° 048/2026 - Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 024/2026, que lhe deu causa, para cuja execução exigirá rigorosa obediência ao Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio das Secretarias Municipais que serão designados conforme Portaria 070/2026, de cada secretaria que acompanharão a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

14.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o **CONTRATANTE** e terá as seguintes atribuições:

- a) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- b) Assegurar à empresa vencedora acesso às suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
- c) Agir e decidir em nome do **CONTRATANTE**, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- d) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- e) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);
- f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- g) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- k) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
- l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1. – Os valores consignados no contratado serão reajustados após 12(doze) meses de vigência a contar da data de assinatura, utilizando-se o índice do IPCA ou INPC conforme legislação aplicável, sendo que será aplicado sempre o percentual mais vantajoso para a Administração.

15.2 - Os valores consignados no Contrato poderão ser alterados nos termos do §2º do artigo 104 e alínea “d”, inciso II, do artigo 117 da Lei 14.133/2021, devendo o contratado manter sua proposta pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias após sua apresentação;

15.3 – O reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser solicitado antes da remessa da ordem de fornecimento.

15.4 - Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro a Adjudicatária ou Contratada deverá:

- a) Indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra no Contrato, com descrição completa e número do item;

- b) Apresentar nota(s) fiscal(is) emitida(s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual (data de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro);
- c) Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro;
- d) Sem a apresentação das informações indicadas nas alíneas “a”, “b” e “c”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.
- e) O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto ou pela variação entre a nota fiscal de compra anterior e a nota fiscal atual que comprovem a compra do produto pela Contratada ou pelo preço médio apurado mediante coleta de orçamentos, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.
- f) Sempre será aplicado o percentual mais favorável para a Administração.
- 15.5 - A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, obedecido o disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da comarca de Brasília de Minas/MG, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Ponto Chique/MG, xxx de xxxxx de 2026.

PELO CONTRATANTE:

.....
Geraldo Magela Flávio Rabelo
Prefeito Ponto Chique

PELA CONTRATADA:

.....
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF: